



RELATÓRIO ANUAL

2017

SUMÁRIO

Mensagem da Administração.....	02
Dados da Cooperativa.....	03
Nossa Missão, Visão e Valores.....	04
Parceria, Comprometimento e Justiça: os pilares de uma relação equilibrada.....	06
Desempenho do Sicoob Credicampo.....	07
Relatório da Administração.....	11
Balanço Patrimonial.....	14
Demonstração de Sobras ou Perdas.....	16
Demonstração de Mutações do Patrimônio.....	17
Demonstração de Fluxo de Caixa.....	18
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	19
Parecer do Conselho Fiscal.....	36
Relatório da Auditoria.....	37
Os 7 Princípios Universais que regem o Cooperativismo.....	40

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados associados,

É com grande satisfação que vimos apresentar os resultados obtidos por essa gestão no exercício de 2017. A despeito da crise pela qual vem passando a grande maioria dos setores que movimentam a economia nacional, as cooperativas de crédito vem apresentando firme e constante crescimento no cenário das instituições financeiras. Ao final de 2017, o Sicoob tornou-se o 5º maior conglomerado financeiro do país. Caminhamos a passos largos para nos equipararmos à realidade vigente em países como a França, Canadá, Alemanha, Holanda, Estados Unidos e tantas outras nações onde o cooperativismo de crédito figura entre as mais importantes, consistentes, democráticas e acessíveis instituições financeiras. Isso só foi possível pela absoluta crença das populações desses países no cooperativismo de crédito como a melhor solução para a bancarização e acesso humanizado ao crédito e movimentação financeira.



O Sicoob Credicampo, como a mais antiga cooperativa de crédito de origem rural fundada em Minas Gerais, tem orgulho em contribuir e fazer parte desse crescimento e consolidação do crédito cooperativo no Brasil. Ao longo de 32 anos, vimos apresentando constante evolução nos nossos indicadores, respaldados pela fidelidade de nossos associados, pela aderência às normas, pela qualidade de nossos controles, pela capacitação e compromisso de nossos colaboradores e pela gestão compartilhada e transparente.

Nas páginas seguintes o leitor tomará conhecimento dos números evolutivos da cooperativa, obtidos nas operações com seus quase 13 mil associados através das agências instaladas em nove municípios da região. Entre tantos indicadores que poderiam ser citados por sua expressiva evolução, destacamos o crescimento dos ativos da cooperativa em 27,76%, beirando os 150 milhões de reais.

Esta administração, honrada com a responsabilidade que lhe foi confiada pelos associados de gerir tão expressivo empreendimento, vem procurando diuturnamente corresponder a essa confiança, empenhando-se no fortalecimento e aperfeiçoamento da instituição, ciente da importância dessa casa cooperativista para os negócios dos associados e para a economia regional.

Nossos sinceros agradecimentos a cada associado, colaborador e parceiro, pelo apoio e confiança.

A Administração

DADOS DA COOPERATIVA

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CAMPOS DA MANTIQUEIRA LTDA. SICOOB CREDICAMPO

Centro Administrativo

Rua Jeceaba, 107 - Senhor dos Passos
CEP: 35490-000 - Entre Rios de Minas/MG
(31) 3751-1403

Belo Vale

Rua Padre Jacinto, 64
Centro
CEP: 35473-000
Belo Vale/MG
(31) 3734-1663

Desterro de Entre Rios

Rua Teófilo Andrade, 83
Centro
CEP: 35494-000
Desterro de Entre Rios/MG
(31) 3736-1399

Lagoa Dourada

Av. Major Joaquim R. de Resende, 152
Centro
CEP: 36345-000
Lagoa Dourada/MG
(32) 3363-1303

Cristiano Otoni

Praça Santo Antônio, 06
Centro
CEP: 36426-000
Cristiano Otoni/MG
(31) 3724-1634

Entre Rios de Minas

Praça Cassiano Campolina, 45
Centro
CEP: 35490-000
Entre Rios de Minas/MG
(31) 3751-1404

Piedade dos Gerais

Rua Nosso Senhor do Bonfim, 111
Centro
CEP: 35476-000
Piedade dos Gerais/MG
(31) 3578-1222

Conselheiro Lafaiete

Av. Pref. Telésforo Cândido
Resende, 540, LJ 01
Centro
CEP: 36400-000
Conselheiro Lafaiete/MG
(31) 3762-1414

Jeceaba

Rua Juscelina Antônia Dias, 110
Centro
CEP: 35498-000
Jeceaba/MG
(31) 3735-1234

São Brás do Suaçuí

Av. Dr. Aprigio Ribeiro de Oliveira, 398
Centro
CEP: 35495-000
São Brás do Suaçuí/MG
(31) 3738-1692

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira - Presidente
Alcides Miranda de Oliveira
Carlos Geraldo Ignacchiti Pimentel

Geraldo Magela Pereira Resende
Wagno Almeida Duarte

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Firmino dos Reis
Diretor Geral

Edson José Pinto de Sousa
Diretor de Operações

CONSELHO FISCAL

EFETIVO
Janilson Salatiel da Rocha
Marcelo Nicolau da Costa
Tâmara de Carvalho Bethonico

SUPLENTE
Débora Cristina de Andrade Pereira
João Lúcio de Castro

NOSSA MISSÃO

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e as suas comunidades

NOSSA VISÃO

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados

NOSSOS VALORES

Transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade

PRESTAÇÃO DE CONTAS



PARCERIA, COMPROMETIMENTO E JUSTIÇA: os pilares de uma relação equilibrada

Encerrado mais um exercício, é hora de colher os frutos que só uma instituição financeira fundamentada nos princípios cooperativistas é capaz de oferecer aos seus associados. Consolidando a parceria e o comprometimento do Sicoob Credicampo, apresentamos pelo segundo ano consecutivo mais de 10 milhões de reais em ganho social.

Além dos R\$ 3.168.583,00 apurados em sobras líquidas e juros pagos sobre o capital, no ano de 2017 os associados obtiveram uma economia de R\$ 6.487.677,00 por manterem suas operações de crédito na cooperativa. Essa economia retrata uma taxa de juros atrativa, aumentando a capacidade de investimento, sem onerar os custos para o tomador de crédito. Na visão do Sicoob Credicampo, disseminar e facilitar o acesso ao crédito é uma extraordinária ferramenta para o desenvolvimento regional.

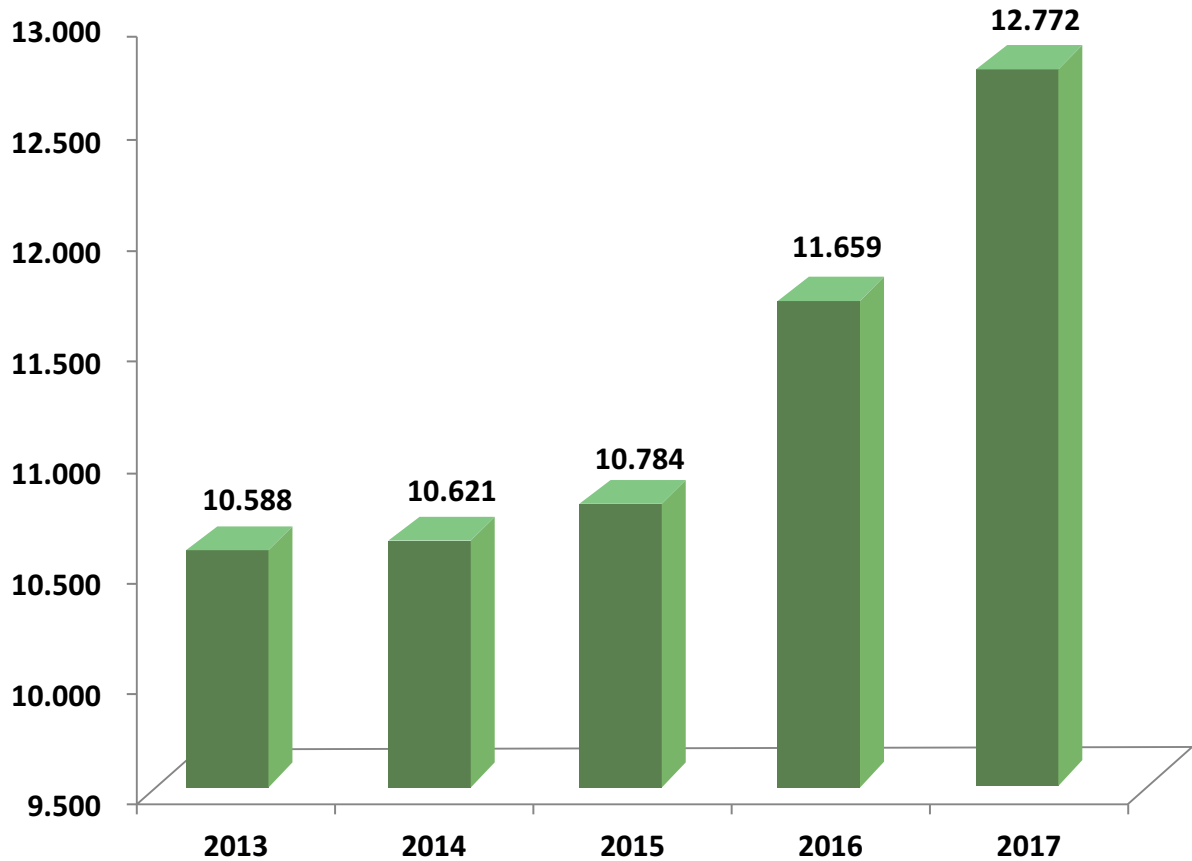
Outro importante ganho é notado na remuneração das aplicações em conta corrente. Foram R\$ 728.222,00 a mais de rendimento para o bolso do associado. Esse valor representa a diferença da valorização dos recursos depositados e mantidos na cooperativa, em comparação com o rendimento menor que seria obtido em outras instituições financeiras. Acrescente-se ainda, um ganho real de R\$ 356.670,00, resultado de tarifas 65% inferiores à média nacional. Obtivemos, pois, orgulhosamente, no ano de 2017 um ganho social de R\$ 10.741.152,00.

Apresentamos também alguns índices negativos, ainda que de valores pouco expressivos, o que nos leva a buscar melhorias no ano de 2018. Dessa forma, mantendo uma relação justa e equilibrada, o Sicoob Credicampo busca se manter cada vez mais presente na vida de seus milhares de associados, sempre se apresentando como a solução financeira ideal na realização dos seus sonhos e projetos, para que as sementes plantadas durante o ano de 2017 continuem apresentando um excelente retorno.

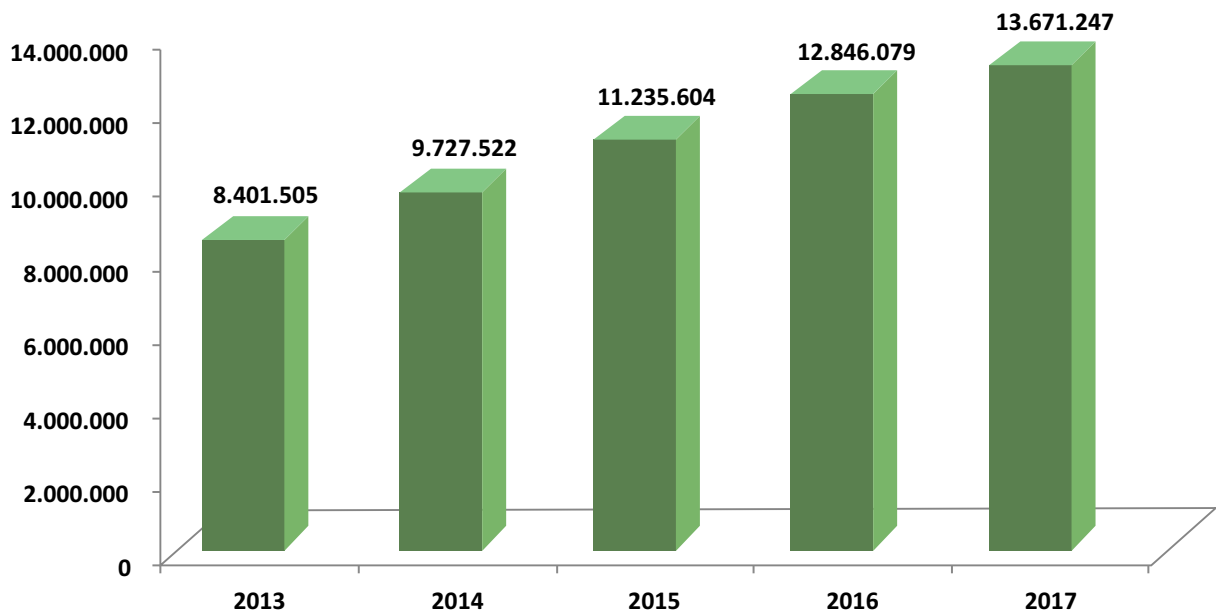
PRODUTO	SFN Taxa Média Anual	Cooperativa Taxa Média Anual	Saldo Médio Taxa Média Anual	Ganhos Sociais 2017
Empréstimos	50,80%	27,60%	18.562.044	R\$ 4.305.216
Conta Garantida	47,00%	84,90%	582.742	-R\$ 220.988
Cheque Especial	324,60%	110,70%	769.932	R\$ 1.646.572
Títulos Descontados	26,90%	28,60%	2.721.593	-R\$ 47.874
Financiamentos	27,40%	27,41%	3.795.326	-R\$ 2.314
Financiamento Rurais Livres	29,40%	21,00%	7.429.150	R\$ 626.657
Financiamento Rurais Repassados	11,90%	8,70%	5.732.966	R\$ 180.408
Depósito a Prazo	7,80%	8,80%	71.156.204	R\$ 728.222
Tarifas (Associado/Cliente)	R\$ 46,68	R\$ 16,11	12.772	R\$ 356.670
Sobras e Juros ao Capital				R\$ 3.168.583
VALOR AGREGADO PARA TODOS OS 12.772 ASSOCIADOS				R\$ 10.741.152
GANHO MÉDIO AGREGADO POR ASSOCIADOS EM 2017				R\$ 841

DESEMPENHO DO SICOOB CREDICAMPO

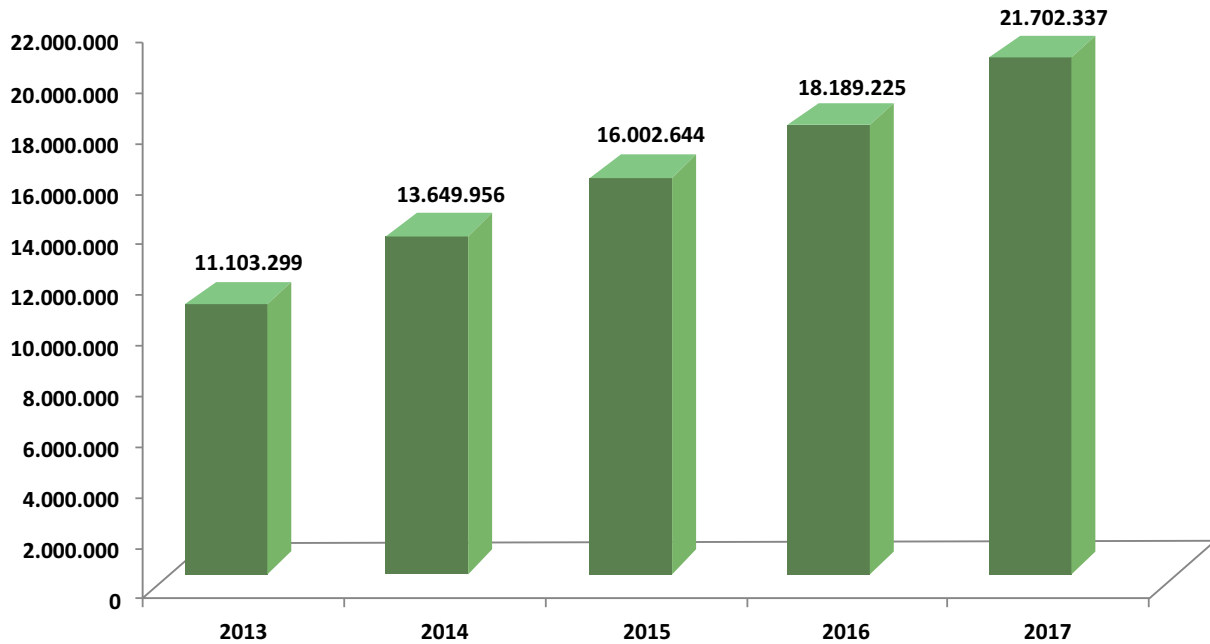
EVOLUÇÃO DOS ASSOCIADOS



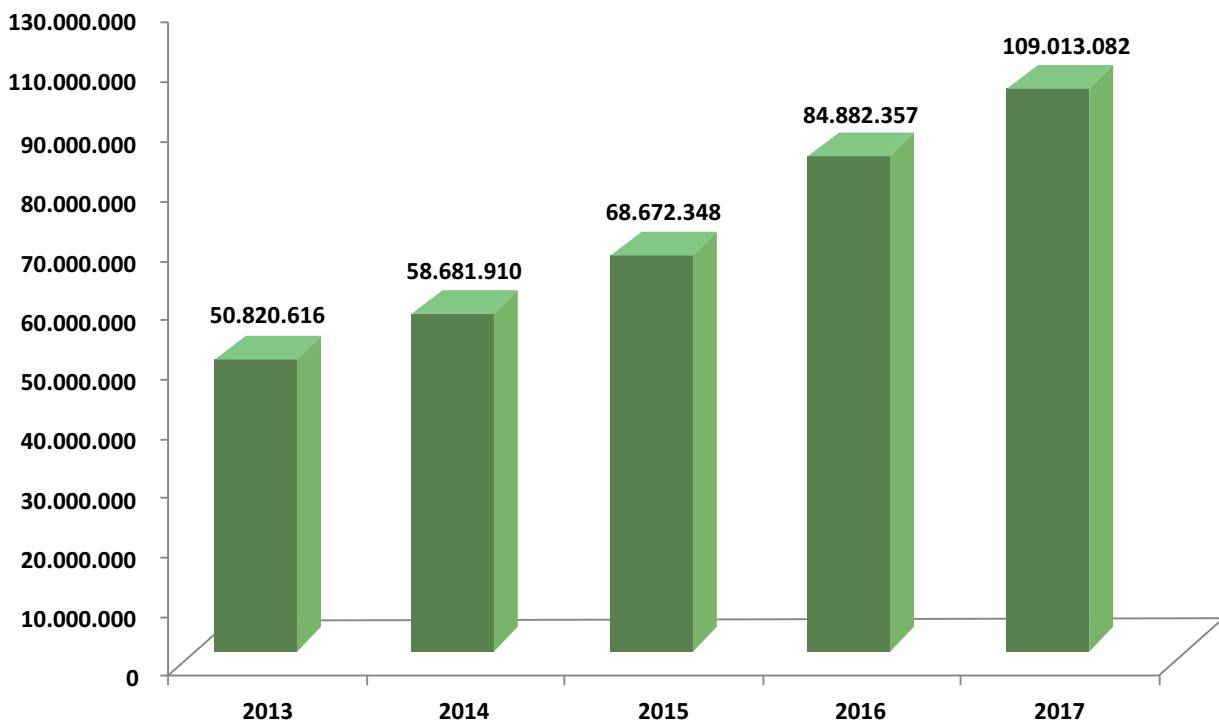
EVOLUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL



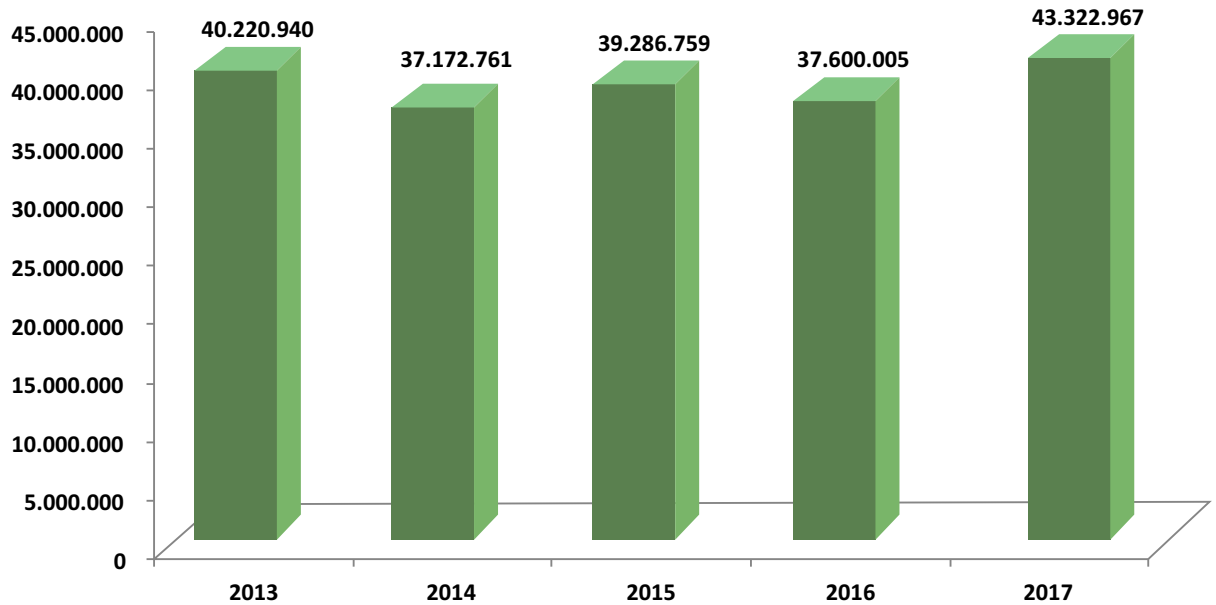
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



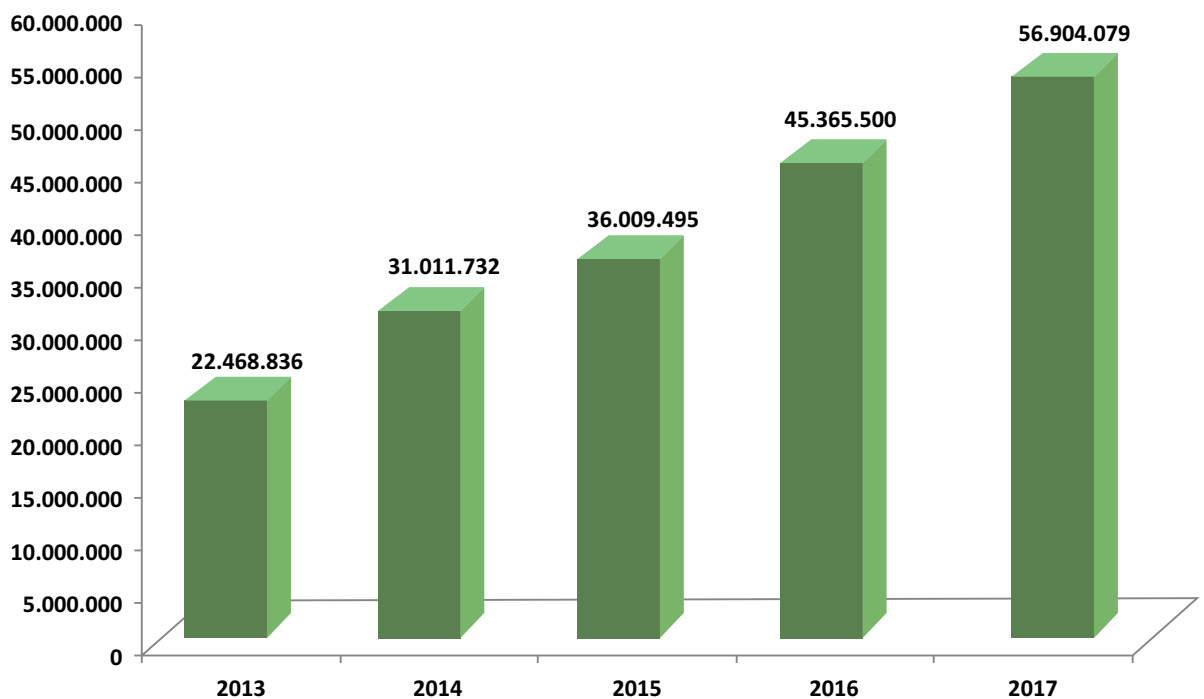
EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS



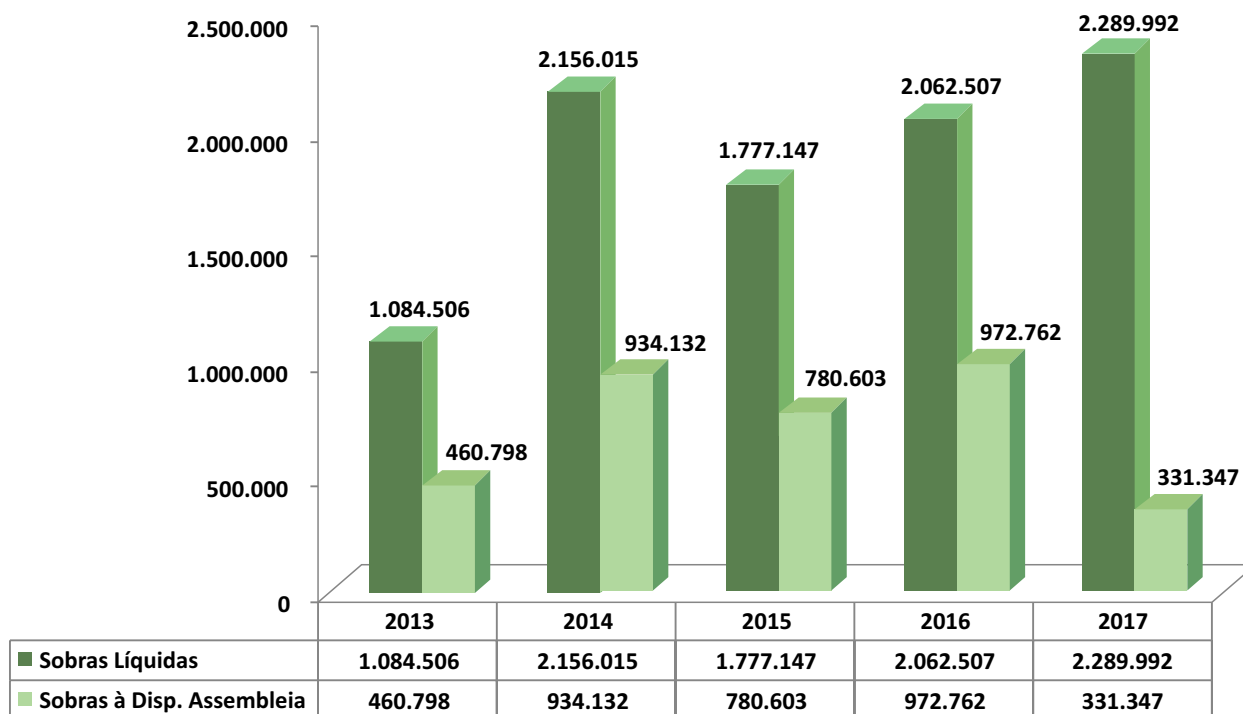
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO



EVOLUÇÃO POUPANÇA



RESULTADOS ANUAIS - SOBRAS



AVALIAÇÃO DAS SOBRAS LÍQUIDAS

	2017	2016
JUROS AO CAPITAL (INFORMATIVO)	R\$ 878.591,47	R\$ 922.355,18
DESCRIÇÃO		
Sobras / Lucro Líquido no Exercício	R\$ 2.289.992,16	R\$ 2.062.506,83
Lucro Líquido Atos não Cooperativos	R\$ 81.012,58	R\$ 116.982,60
Sobras Líquidas	R\$ 2.208.979,58	R\$ 1.945.524,23
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		
Reserva Legal: 80%	R\$ 1.767.183,66	R\$ 778.209,69
FATES: 5%	R\$ 110.448,98	R\$ 194.552,42
Sobras à Disposição da AGO	R\$ 331.346,94	R\$ 972.762,12

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB CREDICAMPO na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2017 o SICOOB CREDICAMPO completou 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2017, o SICOOB CREDICAMPO obteve um resultado de R\$ 3.710.073,93 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 17,10%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 91.215.430,02. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 45.019.288,36.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 17.452.306,20	38,77%
Carteira Comercial	R\$ 27.566.982,16	61,23%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 17,77% da carteira, no montante de R\$ 7.999.099,86.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 109.013.081,88, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 28,43%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 33.842.726,85	31,04%
Depósitos a Prazo	R\$ 75.170.355,03	68,96%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2017 o percentual de 13,54% da captação, no montante de R\$ 14.756.315,35.

5. Patrimônio de Líquido

O Patrimônio Líquido do SICOOB CREDICAMPO era de R\$ 21.702.337,09. O quadro de associados era composto por 12.772 cooperados, havendo um acréscimo de 9,55% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDICAMPO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,67% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2018, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICAMPO aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB CREDICAMPO registrou 19 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Das 19 reclamações, 11 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Entre Rios de Minas (MG), 25 de janeiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	119.664.853,54	95.233.783,49
<u>Disponibilidades (Nota 4)</u>	2.710.436,51	1.644.220,82
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 5)</u>	91.215.430,02	68.211.718,09
Centralização Financeira - Cooperativas	91.215.430,02	68.211.718,09
<u>Operações de Crédito (Nota 6)</u>	24.991.424,53	24.341.242,49
Operações de Crédito	26.687.745,89	26.022.659,59
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.696.321,36)	(1.681.417,10)
<u>Outros Créditos (Nota 7)</u>	672.910,98	961.015,33
Créditos por Avais e Fianças Honrados	83.916,39	74.373,63
Rendas a Receber	477.832,47	791.137,26
Diversos	176.699,17	148.445,15
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(65.537,05)	(52.940,71)
<u>Outros Valores e Bens (Nota 8)</u>	74.651,50	75.586,76
Despesas Antecipadas	74.651,50	75.586,76
Realizável a Longo Prazo	19.873.930,74	14.702.262,54
<u>Operações de Crédito (Nota 6)</u>	18.331.542,47	13.258.762,01
Operações de Crédito	18.331.542,47	13.258.762,01
<u>Outros Créditos (Nota 7)</u>	1.542.388,27	1.443.500,53
Diversos	1.542.388,27	1.443.500,53
Permanente	7.377.256,87	5.059.128,30
<u>Investimentos (Nota 9)</u>	2.965.829,88	2.742.405,98
Participações em Cooperativas	2.937.254,88	2.713.830,98
Outros Investimentos	28.575,00	28.575,00
<u>Imobilizado em Uso (Nota 10)</u>	4.411.426,99	2.316.722,32
Imóveis de Uso	445.552,47	448.393,56
Outras Imobilizações de Uso	6.297.825,95	3.980.419,88
(Depreciações Acumuladas)	(2.331.951,43)	(2.112.091,12)
TOTAL DO ATIVO	146.916.041,15	114.995.174,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

P A S S I V O	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	118.932.425,16	93.735.173,93
<u>Depósitos (Nota 11)</u>	<u>109.013.081,88</u>	<u>84.882.357,42</u>
Depósitos à Vista	33.842.726,85	21.538.438,47
Depósitos a Prazo	75.170.355,03	63.343.918,95
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 12)</u>	<u>4.280.087,13</u>	<u>4.727.150,15</u>
Repasse Interfinanceiros	4.280.087,13	4.727.150,15
<u>Relações Interdependências (Nota 13)</u>	<u>1.642.802,56</u>	<u>1.421.727,13</u>
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.642.802,56	1.421.727,13
<u>Outras Obrigações (Nota 14)</u>	<u>3.996.453,59</u>	<u>2.703.939,23</u>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.314,48	7.037,78
Sociais e Estatutárias	1.095.225,61	1.097.967,32
Fiscais e Previdenciárias	366.118,62	304.834,28
Diversas	2.504.794,88	1.294.099,85
Exigível a Longo Prazo	6.281.278,90	2.481.361,51
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 12)</u>	<u>4.734.650,06</u>	<u>1.034.206,18</u>
Repasse Interfinanceiros	4.734.650,06	1.034.206,18
<u>Outras Obrigações (Nota 14)</u>	<u>1.546.628,84</u>	<u>1.447.155,33</u>
Diversas	1.546.628,84	1.447.155,33
Patrimônio Líquido (Nota 16)	21.702.337,09	18.778.638,39
<u>Capital Social</u>	<u>13.671.246,78</u>	<u>12.846.079,18</u>
De Domiciliados no País	13.779.061,82	12.922.862,12
(Capital a Realizar)	(107.815,04)	(76.782,94)
<u>Reserva de Lucros</u>	<u>7.699.743,37</u>	<u>4.959.797,60</u>
<u>Sobras Acumuladas</u>	<u>331.346,94</u>	<u>972.762,11</u>
TOTAL	146.916.041,15	114.995.174,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	5.722.344,17	11.319.461,31	10.458.373,50
Operações de Crédito	5.722.344,17	11.319.461,31	10.458.373,50
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira	(3.721.407,27)	(7.898.891,88)	(8.297.486,31)
Operações de Captação no Mercado	(2.847.041,73)	(6.387.052,99)	(6.926.554,91)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(284.074,88)	(516.193,60)	(445.958,82)
Provisão para Operações de Créditos	(590.290,66)	(995.645,29)	(924.972,58)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	2.000.936,90	3.420.569,43	2.160.887,19
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais	(197.254,40)	518.519,47	1.461.021,35
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	912.539,04	1.713.198,60	1.275.803,24
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	1.261.535,91	2.456.232,96	2.143.019,19
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(3.163.512,79)	(6.190.211,31)	(5.490.758,72)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(2.717.568,61)	(5.361.751,84)	(4.878.904,67)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(65.559,30)	(135.090,93)	(108.278,90)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.396.804,53	7.458.731,69	8.165.316,63
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 19)	534.787,33	1.371.144,87	1.006.541,20
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 20)	(356.280,51)	(793.734,57)	(651.716,62)
Resultado Operacional	1.803.682,50	3.939.088,90	3.621.908,54
Resultado Não Operacional (Nota 21)	(793,00)	(4.718,80)	5.362,78
Resultado Antes da Tributação/Participações	1.802.889,50	3.934.370,10	3.627.271,32
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos	(69.663,63)	(124.321,70)	(109.061,42)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos	(55.124,17)	(99.974,47)	(89.834,95)
Participação no Lucro (Sobra)	(274.255,78)	(541.490,30)	(443.510,84)
Sobras / Perdas antes das Destinações	1.403.845,92	3.168.583,63	2.984.864,11
DESTINAÇÕES LEGAIS ESTATUTÁRIAS (Nota 16.d)	-	(1.958.645,22)	(1.089.746,82)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(191.461,56)	(311.537,13)
Reserva Legal	-	(1.767.183,66)	(778.209,69)
Sobras / Perdas antes das Destinações	1.403.845,92	1.209.938,41	1.895.117,29
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	521.328,71	878.591,47	922.355,18
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	882.517,21	331.346,94	972.762,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Perdas Acumuladas	
Saldos em 31/12/2015	11.307.663,45	(72.059,33)	3.986.437,10	780.603,22	16.002.644,44
Ajustes de Exercícios Anteriores:					
Constituição de Reservas	-	-	195.150,81	(195.150,81)	-
Outros Fundos	-	-	-	-	-
Ao Capital	585.451,05	-	-	(585.451,05)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(1,36)	(1,36)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	648.120,10	(4.723,61)	-	-	643.396,49
Por Devolução (-)	(522.310,61)	-	-	-	(522.310,61)
Estorno Capital Subscrito	(840,00)	-	-	-	(840,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	2.984.864,11	2.984.864,11
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(922.355,18)	(922.355,18)
Integralização de Juros ao Capital	905.010,21	-	-	-	905.010,21
IRRF Sobre Juros ao Capital	(232,08)	-	-	-	(232,08)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(116.984,71)	(116.984,71)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	778.209,69	(778.209,69)	-
. F A T E S	-	-	-	(194.552,42)	(194.552,42)
Saldos em 31/12/2016	12.922.862,12	(76.782,94)	4.959.797,60	972.762,11	18.778.638,89
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	972.762,11	(972.762,11)	-
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	783.899,02	(31.032,10)	-	-	752.866,92
Por Devolução (-)	(782.092,70)	-	-	-	(782.092,70)
Estorno Capital Subscrito	(2.930,00)	-	-	-	(2.930,00)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	3.168.583,63	6.168.583,63
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(878.591,47)	(878.591,47)
Integralização de Juros ao Capital	857.517,81	-	-	-	857.517,81
IRRF Sobre Juros ao Capital	(194,43)	-	-	-	(194,43)
Outros Ajustes					
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(81.012,58)	(81.012,58)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	1.767.183,66	(1.767.183,66)	-
. F A T E S	-	-	-	(110.448,98)	(110.448,98)
Saldos em 31/12/2017	13.779.061,82	(107.815,04)	7.699.743,94	331.346,94	21.702.337,09
Saldos em 30/06/2017	12.896.927,10	(89.047,51)	5.932.559,71	1.407.474,95	20.147.914,25
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	443.442,50	(18.7674,53)	-	-	424.674,97
Por Devolução (-)	(418.631,16)	-	-	-	(418.631,16)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	1.403.845,92	1.403.845,92
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(521.328,71)	(521.328,71)
Integralização de Juros ao Capital	857.517,81	-	-	-	857.517,81
IRRF Sobre Juros ao Capital	(194,43)	-	-	-	(194,43)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(81.012,58)	(81.012,58)
Destinação das Sobras ou Perdas:					
. Fundo de Reserva	-	-	1.767.183,66	(1.767.183,66)	-
. F A T E S	-	-	-	(110.448,98)	(110.448,98)
Saldos em 31/12/2017	13.779.061,82	(107.815,04)	7.699.743,37	331.346,94	21.702.337,09

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	1.802.889,50	3.934.370,10	3.627.271,32
IRPJ / CSLL	(124.787,80)	(224.296,17)	(198.896,37)
Provisão para Operações de Crédito	42.620,29	14.904,26	37.176,20
Depreciações e Amortizações	158.173,86	315.950,68	286.682,90
Participação dos Funcionários nos Lucros	(274.255,78)	(541.490,30)	(443.510,84)
Provisão de Juros ao Capital	(521.328,71)	(878.591,47)	(922.355,18)
Baixa no Imobilizado	9.742,35	9.742,35	54.189,74
	1.093.053,71	2.630.589,45	2.440.557,77
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(4.183.930,72)	(5.737.866,76)	1.649.578,20
Outros Créditos	150.348,04	189.216,61	(234.906,74)
Outros Valores e Bens	51.957,49	935,26	(60.385,95)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	7.524.514,31	12.304.288,38	4.406.088,28
Depósitos sob Aviso	(58.890,37)	(427.655,04)	(31.395,61)
Depósitos a Prazo	4.050.891,45	12.254.091,12	11.835.316,50
Outras Obrigações	835.422,13	1.391.987,87	(691.681,92)
Relações Interfinanceiras	911.584,47	221.075,43	(354.603,01)
Relações Interdependências	2.969.269,60	3.253.380,86	1.406.417,43
	13.344.220,11	26.080.043,18	20.364.984,95
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais			
Atividades de Investimentos			
Inversões em Imobilizado de Uso	(2.149.933,56)	(2.420.397,70)	(590.777,42)
Inversões em Investimentos	(66.957,15)	(223.423,90)	(306.491,67)
Baixa Imobilizados	-	-	2.713,20
	(2.216.890,71)	(2.643.821,60)	(894.555,89)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos			
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	424.674,97	752.866,92	643.396,49
Devolução de Capital à Cooperados	(418.631,16)	(782.092,70)	(522.310,61)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-	(1,36)
Integralização de Juros ao Capital	857.517,81	857.517,81	905.010,21
IRRF sobre Juros ao Capital	(194,43)	(194,43)	(232,08)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(81.012,58)	(81.012,58)	(116.984,71)
FATES Sobras Exercício	(110.448,98)	(110.448,98)	(194.552,42)
Estorno Capital Subscrito	-	(2.930,00)	(840,00)
	671.905,63	633.706,04	713.485,52
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos			
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades			
	11.799.235,03	24.069.927,62	20.183.914,58
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	82.126.631,50	69.855.938,91	49.672.024,33
No Fim do Período	93.925.866,53	93.925.866,53	69.855.938,91
Variação Líquida das Disponibilidades	11.799.235,03	24.069.927,62	20.183.914,58

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB CREDICAMPO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/09/1985, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDICAMPO possui 09 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: ENTRE RIOS DE MINAS - MG, LAGOA DOURADA - MG, JECEABA - MG, SÃO BRÁS DO SUAÇUI - MG, DESTERRO DE ENTRE RIOS - MG, CONSELHEIRO LAFAIETE - MG, PIEDADE DOS GERAIS - MG, CRISTIANO OTONI - MG, BELO VALE – MG.

O SICOOB CREDICAMPO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional a seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25/01/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado

em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores há 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades	2.710.436,51	1.644.220,82
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	91.215.430,02	68.211.718,09
Total	93.925.866,53	69.855.938,91

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	91.215.430,02	68.211.718,09
Total	91.215.430,02	68.211.718,09

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	89.404,21	-	89.404,21	103.428,04
Cheque Especial / Conta Garantida	1.300.577,66	-	1.300.577,66	1.330.744,04
Empréstimos	10.751.414,48	9.088.481,12	19.839.895,60	19.374.051,80
Financiamentos	1.810.322,79	2.107.553,35	3.917.876,14	3.381.098,81
Títulos Descontados	2.419.228,55	-	2.419.228,55	3.206.723,18
Financiamento Rural Próprio	6.036.711,07	2.441.909,22	8.478.620,29	6.115.174,03
Financiamento Rural Repasses	4.280.087,13	4.693.598,78	8.973.685,91	5.770.201,70
(-) Provisão Perda com Operações de Crédito	(1.696.321,36)	-	(1.696.321,36)	(1.681.417,10)
Total	24.991.424,53	18.331.542,47	43.322.967,00	37.600.004,50

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	314.138,25	-	466.699,61	-
A	0,50%	Normal	9.655.971,92	(48.279,88)	9.505.872,16	(47.529,40)
B	1%	Normal	26.793.984,01	(267.939,93)	21.037.979,29	(210.379,96)
B	1%	Vencidas	81.827,37	(818,27)	354.516,18	(3.545,16)
C	3%	Normal	5.541.775,00	(166.253,31)	5.123.828,67	(153.714,99)
C	3%	Vencidas	231.477,39	(6.944,32)	486.566,21	(14.597,00)
D	10%	Normal	373.118,20	(37.311,83)	273.674,26	(27.367,45)
D	10%	Vencidas	145.222,89	(14.522,29)	246.592,71	(24.659,29)
E	30%	Normal	459.081,39	(137.724,47)	339.253,95	(101.776,27)
E	30%	Vencidas	255.940,48	(76.782,17)	262.256,85	(78.677,12)
F	50%	Normal	160.058,01	(80.029,03)	97.355,87	(48.677,97)
F	50%	Vencidas	220.588,69	(110.294,38)	89.863,27	(44.931,67)
G	70%	Normal	68.046,61	(47.632,64)	28.215,62	(19.750,95)
G	70%	Vencidas	54.231,15	(37.961,82)	209.790,68	(146.853,60)
H	100%	Normal	344.694,34	(344.694,34)	80.040,78	(80.040,78)
H	100%	Vencidas	319.132,66	(319.132,66)	678.915,49	(678.915,49)
Total Normal			43.710.867,73	(1.129.865,43)	36.952.920,21	(689.237,77)
Total Vencido			1.308.420,63	(566.455,93)	2.328.501,39	(992.179,33)
Total Geral			45.019.288,36	(1.696.321,36)	39.281.421,60	(1.681.417,10)
Provisões			(1.696.321,36)	-	(1.681.417,10)	-
Total Líquido			43.322.967,00	-	37.600.004,50	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Venc.	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	3.328.472,24	7.422.942,24	9.088.481,12	19.839.895,60
Títulos Descontados	-	2.337.556,08	81.672,47	-	2.419.228,55
Financiamentos	-	525.243,32	1.285.079,47	2.107.553,35	3.917.876,14
Financiamentos Rurais	-	1.582.059,81	8.734.738,39	7.135.508,00	17.452.306,20
Adiantamento Depositante	89.404,21	-	-	-	89.404,21
Cheque Especial e C/G	1.300.577,66	-	-	-	1.300.577,66
Total	1.389.981,87	7.773.331,45	17.524.432,57	18.331.542,47	45.019.288,36

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Priv. - Comércio	361.499,28	5.691.615,07	966.027,55	-	7.019.141,90	16%
Setor Priv. - Indústria	80.991,23	521.667,90	163.846,63	-	766.505,76	2%
Setor Priv. - Serviços	118.727,54	2.990.538,64	255.360,31	-	3.364.626,49	7%
Pessoa Física	818.086,94	14.553.950,13	1.033.994,06	17.452.306,20	33.858.337,33	75%
Outros	10.676,88	-	-	-	10.676,88	0%
Total	1.389.981,87	23.757.771,74	2.419.228,55	17.452.306,20	45.019.288,36	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	1.681.417,10	1.644.240,90
Constituições/Reversões no período	983.048,95	881.953,86
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	(968.144,69)	(844.777,66)
Total	1.696.321,36	1.681.417,10

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	861.538,61	1,91%	660.632,73	1,68%
10 Maiores Devedores	5.159.568,03	11,46%	3.649.162,24	9,29%
50 Maiores Devedores	13.117.191,86	29,14%	10.435.125,43	26,57%

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	3.461.858,68	2.825.986,28
Valor das operações transferidas no período	968.144,69	844.777,66
Valor das operações recuperadas no período	(989.224,78)	(165.114,85)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(778.636,87)	(43.790,41)
Total	2.662.141,72	3.461.858,68

h) Receitas de Operações de Crédito:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de Adiantamento a Depositantes	119.594,65	125.204,64
Rendas de Empréstimos	6.628.628,60	7.067.533,73
Rendas de Títulos Descontados	779.437,97	892.622,58
Rendas de Financiamentos	1.041.473,87	663.505,02
Rendas de Financ. Rurais - Aplicações Livres	694.694,84	1.085.237,06
Rendas de Financ. Rurais - Aplicações com Recursos Livres	862.818,12	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados à Vista (Obrigatórios)	165.255,88	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Direcionados da Poupança Rural	97.512,74	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Repassadas e Refinanciadas	238.472,72	456.130,27
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	691.497,60	168.140,20
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	74,32	-
Total de Operações de Crédito	11.319.461,31	10.458.373,50

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honrados	83.916,39	74.373,63
Rendas a Receber (a)	477.832,47	791.137,26
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	1.542.388,27	1.443.500,53
Títulos e Créditos a Receber (c)	123.446,49	118.539,33
Devedores Diversos - País (d)	53.252,68	29.905,82
(-) Provisão para Outros Créditos (e)	(65.537,05)	(52.940,71)
Total	2.215.299,25	2.404.515,86

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (R\$ 474.008,98) e rendas de tributos federais, estaduais e municipais (R\$ 3.823,49);
- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Recursos Fiscais (R\$ 17.162,73), PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 228.085,15), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 737.885,23) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (R\$ 161.227,20) e PIS sobre Folha de Pagamento (R\$ 398.027,96);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$ 123.446,49);
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados os adiantamento de férias aos colaboradores (R\$ 18.573,96), impostos e contribuições a compensar (R\$ 18.841,37), pendências a regularizar (R\$ 1.508,48), diferenças de compensação a receber do BANCOOB (R\$ 11.932,81) e outros (R\$ 2.396,06).
- (e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Finanças Honrados	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
E 30%	15.864,89	15.864,89	(4.759,47)	26.137,94	(7.841,40)
F 50%	6.320,77	6.320,77	(3.160,39)	3.934,81	(1.967,41)
G 70%	13.711,80	13.711,80	(9.598,26)	3.896,63	(2.727,65)
H 100%	48.018,93	48.018,93	(48.018,93)	40.404,25	(40.404,25)
Total Geral	83.916,39	83.916,39	(65.537,05)	74.373,63	(52.940,71)
Provisões	(65.537,05)	(65.537,05)	-	(52.940,71)	-
Total Líquido	18.379,34	18.379,34	-	21.432,92	-

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas Antecipadas	74.651,50	75.586,76
Total	74.651,50	75.586,76

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$ 74.651,50, referentes a prêmios de seguros e contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Valores – FRV.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CREDIMINAS e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	2.937.254,88	2.713.830,98
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito	28.575,00	28.575,00
Total	2.965.829,88	2.742.405,98

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a.	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizações em Curso	(*)	2.715.273,70	574.488,62
Terrenos	-	1.263,04	20.784,13
Edificações	4%	444.289,43	427.609,43
Móveis e Equipamentos	10%	2.239.450,75	2.278.216,54
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.095.409,95	894.213,82
Sistemas de Comunicação	10%	42.146,28	27.955,63
Sistema de Segurança	10%	205.545,27	205.545,27
TOTAL		6.743.378,42	4.428.813,44
Depreciação acumulada		(2.331.951,43)	(2.112.091,12)
TOTAL		4.411.426,99	2.316.722,32

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados denominados de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	33.842.726,85	21.538.438,47
Depósito Sob Aviso	655.850,86	1.083.505,90
Depósito a Prazo	74.514.504,17	62.260.413,05
Total	109.013.081,88	84.882.357,42

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	69.838,10	134.679,51
Despesas de Depósitos a Prazo	6.172.989,84	6.673.261,76
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	144.225,05	118.613,64
Total Despesas com Captação no Mercado	6.387.052,99	6.926.554,91

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
BANCOOB	Entre 7,50% a.a. e 9,50% a.a.	Diversos	9.014.737,19	5.761.356,33

Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	31/12/2017	31/12/2016
Bancoob	(516.193,60)	(445.958,82)
Total	(516.193,60)	(445.958,82)

13. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento (a)	1.622.930,00	1.408.000,00
Concessionárias de Serviços Públicos	15.772,46	13.727,13
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	4.100,10	-
Total	1.642.802,56	1.421.727,13

(a) Referem-se a ordens de pagamento emitidas aos associados, por solicitação destes, com respectivo débito em conta corrente.

14. Outras obrigações

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.314,48	7.037,78
Sociais e Estatutárias	1.095.225,61	1.097.967,32
Fiscais e Previdenciárias	366.118,62	304.834,28
Diversas	4.051.423,72	2.741.255,18
Total	5.543.082,43	4.151.094,56

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	191.461,56	338.043,60
Cotas de capital a pagar (b)	324.540,85	298.321,38
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	541.490,30	430.158,29
Outras Obrigações	37.732,90	31.444,05
Total	1.095.225,61	1.097.967,32

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2018.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	50.321,16	46.463,86
Impostos e Contribuições a Recolher	315.797,46	258.370,42
Total	366.118,62	304.834,28

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Pessoal	616.581,42	605.549,39
Outras Despesas Administrativas (a)	301.302,36	144.436,01
Cheques Descontados (b)	39.997,62	21.657,26
Credores Diversos - País (c)	1.486.987,76	495.771,83
Provisão para Garantias Prestadas (d)	59.925,72	26.685,36
Provisão para Passivos Contingentes (e)	1.546.628,84	1.447.155,33
Total	4.051.423,72	2.741.255,18

- (a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia e gás (R\$6.829,65), comunicações (R\$3.595,54), segurança e vigilância (R\$9.442,77), manutenção e conservação de bens (R\$174.966,82), transporte (R\$24.197,45), seguro prestamista (R\$63.603,70) e outras (R\$18.666,43);
- (b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017;
- (c) Referem-se a Contas Salário de empresas conveniadas a pagar (R\$1.331.768,04), diferença de caixa (R\$42.985,85), diferenças de compensação a acertar com o BANCOOB (R\$56.795,92) e outros (R\$55.437,95);
- (d) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2017, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Coobrigações	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	39.864,48	-	110.134,18	-
A 0,5%	1.447.943,28	(7.239,88)	1.526.400,27	(7.632,16)
B 1%	1.533.329,67	(15.333,10)	746.384,18	(7.463,76)
C 3%	533.700,74	(16.011,18)	26.548,67	(796,50)
D 10%	63.072,64	(6.307,32)	11.877,53	(1.187,77)
E 30%	7.895,53	(2.368,67)	12.763,55	(3.829,06)
F 50%	6,69	(3,35)	-	-
G 70%	51,00	(35,70)	2.533,10	(1.773,17)
H 100%	12.626,52	(12.626,52)	4.002,94	(4.002,94)
TOTAL	3.638.490,55	(59.925,72)	2.440.644,42	(26.685,36)

- (e) Provisões constituídas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICAMPO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	13.671.246,78	12.846.079,18
Associados	12.772	11.659

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 80%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2017, os cooperados deliberaram pelo aumento Reserva Legal com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 972.762,11 (novecentos e setenta e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e onze centavos).

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	2.289.992,15	2.062.508,93
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(81.012,58)	(116.984,71)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	2.208.979,57	1.945.524,22
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 80%	(1.767.183,66)	(778.209,69)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%.	(110.448,98)	(194.552,42)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	331.346,93	972.762,11

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
 O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e
 Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	1.518.182,93	1.145.666,11
Despesas específicas de atos não cooperativos	(183.699,32)	(103.949,54)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(749.141,95)	(534.037,41)
Resultado operacional	585.341,66	507.679,16
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(4.718,80)	5.362,78
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	580.622,86	513.041,94
Imposto de Renda e CSLL	(224.296,18)	(198.896,37)
Receitas de operações com associados	(275.314,10)	(197.160,86)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	81.012,58	116.984,71

18. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Recuperação de Encargos e Despesas	116.742,66	23.046,98
Reversão de Outras Provisões Operacionais	61.390,96	126.836,10
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	5.492,01	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.225,64	1.426,64
Atualização de Depósitos Judiciais	63.199,93	69.374,45
Rendas de Cartões	582.260,97	390.437,27
Dividendos	6.936,15	6.531,06
Distribuição de Sobras da Central	290.303,25	218.139,70
Outras Rendas Operacionais	243.593,30	170.749,00
TOTAL	1.371.144,87	1.006.541,20

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Descontos Concedidos em Renegociações	(124.752,98)	(33.638,71)
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	(37.084,82)	(77.071,84)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(199.771,16)	(159.582,96)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(3.119,41)	(2.723,08)
Provisão para Passivos Contingentes	(99.525,48)	(100.031,02)
Outras Despesas Operacionais	(150.149,75)	(113.673,21)
Provisão para Garantias Prestadas	(38.732,37)	(16.735,05)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	(5.655,47)	(2.796,51)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	(2.631,62)	(1.194,21)
Contribuições ao Fundo de Investimentos Tecnologia da Informação	(132.311,51)	(144.270,03)
TOTAL	(793.734,57)	(651.716,62)

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ganhos de Capital	13.667,01	10.845,94
Outras Rendas Não Operacionais	-	156,64
Total de Receitas Não Operacionais	13.667,01	11.002,58
Perdas de Capital	(12.289,83)	(5.639,80)
Outras	(6.095,98)	-
Total de Despesas Não Operacionais	(18.385,81)	(5.639,80)
Resultado Líquido	(4.718,80)	5.362,78

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	316.184,53	0,32%	654
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	113.601,47	0,12%	196,63
TOTAL	429.786,00	0,44%	850,63
Montante das Operações Passivas	1.229.416,66		1,93%

Operações ativas e passivas - saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	832,38	8,32	0%
Crédito Rural	61.406,66	487,10	0%
Empréstimo	71.306,17	383,17	0%
Financiamento	30.604,92	-	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	408.039,10	1,21%	0%
Depósitos a Prazo	1.378.838,20	1,83%	0,60%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICCOB CREDICAMPO.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Empréstimos	2,04%
Financiamentos	1,71%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,76%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	88,51%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2017	
Empréstimos e Financiamentos	0,11%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,05%

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	93.000,00
Empréstimos e Financiamentos	330.000,00
Títulos Descontados	53.540,20

No exercício de 2017, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício (R\$)	
Descrição	31/12/2017
Honorários	602.424,97
Gratificações da Diretoria	83.560,97
Conselheiros de Administração	98.383,64
FGTS Diretoria	54.878,77
INSS	178.089,91
TOTAL	1.017.338,26

23. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDICAMPO em conjunto com outras cooperativas singulares é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICAMPO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	91.215.430,02	68.211.718,09
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	2.937.254,88	2.713.830,98

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 22 de agosto de 2017, com opinião sem modificação.

24. Gerenciamento de Risco

24.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Credicampo objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Credicampo aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob Credicampo possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Credicampo objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Credicampo aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Credicampo possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

24.4 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Credicampo objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Credicampo aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

25. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.638.490,55 (31/12/2016 - R\$ 2.440.644,42), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

26. Seguros contratados – Não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização em 31 de dezembro de 2017.

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	228.085,15	228.085,15	220.817,01	220.817,01
PIS FOLHA	401.957,48	398.027,96	342.908,64	339.253,84
CONFINS	737.885,23	737.885,23	712.959,46	712.959,46
Outras contingências	178.700,98	178.389,93	170.470,22	170.470,22
TOTAL	1.546.628,84	1.542.388,27	1.447.155,33	1.443.500,53

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Credicampo, existe processo judicial no qual a cooperativa figura como polo passivo, o qual foi classificado com risco de perda possível, totalizando R\$ 30.120,00.

29. Beneficiários a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2017 totalizaram R\$ 61.008,43.

30. Outros Assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN n.º.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Entre Rios de Minas (MG), 25 de janeiro de 2018.

Saulo Mascarenhas Ribeiro de Oliveira
Presidente do Conselho

João Bosco Firmino dos Reis
Diretor Geral

Edson José Pinto de Sousa
Diretor de Operações

Daniela Fonseca Cordeiro
Contadora – CRC nº: 089.952

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SICOOB CREDICAMPO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, reunido em 27/02/2018, em cumprimento do art. 39, inciso “II” do Estatuto Social, declara, para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICAMPO – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda, em 31 de dezembro de 2017.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das demonstrações financeiras relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

ENTRE RIOS DE MINAS (MG), 27 de fevereiro de 2018.

Tâmara de Carvalho Bethônico
Coordenadora do Conselho Fiscal

Marcelo Nicolau da Costa
Conselheiro Fiscal Efetivo

Janilson Salatiel da Rocha
Secretário

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - SICOOB
CREDICAMPO
Entre Rios de Minas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos da Mantiqueira Ltda. - Sicoob Credicampo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credicampo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 21 de março de 2018.



Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750

OS 7 PRINCÍPIOS UNIVERSAIS QUE REGEM O COOPERATIVISMO

Os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam à prática os seus valores. Baseados no estatuto da cooperativa de consumo de Rochdale (1844), que continha sete artigos, os primeiros princípios – designados de “regras de ouro” – tinham o seguinte enunciado, em 1885: 1 – adesão livre; 2 – controle democrático: “um homem, um voto”; 3 – devolução do excedente ou retorno sobre as compras; 4 – juros limitados ao capital; 5 – neutralidade política, religiosa e racial; 6 – vendas a dinheiro e à vista; e 7 – fomento do ensino em todos os graus.

Para que se mantivessem aderentes à dinâmica social e considerassem os novos tipos cooperativos que, aos poucos, vieram a somar-se ao cooperativismo de consumo, os princípios foram revisitados em 1937, 1966 e 1995, em congressos coordenados pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI. A lista definida em 1995, vigente até hoje, dá conta de que a ação cooperativa, em qualquer parte do mundo, deve orientar-se pelas seguintes diretrizes fundamentais:

1) ADEÇÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo ou gênero, social, racial, política e religiosa.

2) GESTÃO DEMOCRÁTICA: As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3) PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA: Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros podem receber, habitualmente, havendo condições econômico financeiras para tanto, uma remuneração sobre o capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando a formação de reservas, em parte indivisíveis; retorno aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos associados.

4) AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5) EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO: As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6) INTERCOOPERAÇÃO: As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7) INTERESSE PELA COMUNIDADE: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.



 **SICOOB**
Credicampo

www.sicoobcredicampo.com.br

Ouvidoria: 0800 725 0996 | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458